

Questão ambiental, neoextrativismo e capitalismo periférico: uma leitura política em Enrique Dussel / *Environmental issue, neoextrativism and peripheral capitalism: a political reading in Enrique Dussel*

CÉSAR AUGUSTO SOARES DA COSTA¹

CARLOS FREDERICO LOUREIRO²

Resumo: Objetivamos neste artigo abordar o aporte do filósofo argentino Enrique Dussel, visando aproximarmos a questão ambiental, o neoextrativismo e o capitalismo periférico latino-americano. Reconhecemos que o filósofo de Mendoza não é um pensador estritamente ambientalista, mas sua contribuição filosófica e política tensionam o enfrentamento da questão ambiental na América Latina, sobretudo na reflexão sobre o processo de acumulação e sociabilidade capitalista e suas relações a partir do sistema-mundo moderno-colonial. O texto está organizado em quatro tópicos. No primeiro, indicamos a relevância do sistema-mundo moderno-colonial enquanto raiz que culmina nas lutas sociais; no segundo faremos uma aproximação entre a questão ambiental e o extrativismo no padrão de sociabilidade periférica; no terceiro tópico, situaremos as expropriações do capitalismo neoextrativista na perspectiva das lutas ambientais no padrão de sociabilidade. Ao fim, pontuaremos a leitura política de Dussel para a questão ambiental tensionada pela lógica do sistema-mundo moderno-colonial e do capitalismo periférico na AL.

- 1 Sociólogo. Pós-Doutor em Direito e Justiça Social/FURG. Docente/Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UCPEL. Pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ).
- 2 Doutor em Serviço Social/UFRJ. Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ecologia Social/UFRJ. Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ).

Palavras-chave: capitalismo periférico; Enrique Dussel; neoextrativismo; questão ambiental.

Abstract: The aim of this article addressing the contribution of the Argentine philosopher Enrique Dussel, aiming to approach the environmental issue, neoextrativism and peripheral capitalism in Latin America. We recognize that the philosopher of Mendoza is not a strictly environmentalist thinker, but his philosophical and political contribution strain coping with the environmental issue in Latin America, especially in reflection on the process of capitalist accumulation and sociability and their relations from the modern world-system-colonial. The text is organized into four topics. At first, we indicate the relevance of the modern world-system-colonial while root that culminates in social struggles; in the second we a rapprochement between the environmental issue and the extraction in the pattern of peripheral sociability; in the third topic we will situate neoextrativist expropriations of capitalism in the perspective of environmental struggles in the pattern of sociability. At the end, we will score reading Dussel policy for the environmental issue tensioned by the logic of the modern world-system-colonial and of peripheral capitalism in AL.

Keywords: peripheral capitalism; Enrique Dussel; neoextrativismo; environmental issue.

1. Premissas: Do sistema-mundo moderno-colonial ao “encobrimento do Outro”: gênese dos processos de lutas na América Latina

Neste artigo, pretendemos, a partir da leitura do filósofo argentino Enrique Dussel, refletir sobre alguns aspectos da sua filosofia política para compreensão dos processos de expropriação ambiental promovida pelo neoextrativismo latino-americano. A proposta do filósofo argentino (DUSSEL, 2015) está na superação do “mito da modernidade europeia” e de sua dominação social, política, econômica e jurídica denominada por ele de “transmodernidade”. Para ele, “transmodernidade” significa todos os aspectos que se situam “além” das estruturas valorizadas pela cultura moderna europeia e americana, e que vigoram nas culturas universais não europeias e foram se movendo em direção a uma utopia pluriversal (DUSSEL, 2015). Tal perspectiva

moderna, capitalista-eurocêntrica e de dominação é reiterada por Dussel (1993, p. 186) quando ele aponta que:

Esta dominação produz vítimas (de muitas variadas formas), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase ritual de sacrifício; o herói civilizador investe suas próprias vítimas do caráter de ser holocaustos de um sacrifício salvador (do colonizado, escravo africano, da mulher, da destruição ecológica da terra etc.).

O pensador argentino entende que “transmodernidade” remete para um diálogo crítico que vise superar a mera erudição do mundo acadêmico ou dos que são dominados politicamente e institucionalmente. Tal aspecto aponta para um diálogo que não pressupõe o “ocultamento e silenciamento” entre as culturas, mas busca dinamizar o diálogo intercultural a partir das culturas periféricas que foram encobertas, colonizadas, subalternizadas e negadas pela Modernidade eurocentrada. (DUSSEL, 2015).

Para o enfrentamento destas questões, o presente artigo está sistematizado em quatro tópicos, que se seguem à Introdução, na qual assinalamos a relevância do sistema-mundo moderno-colonial (DUSSEL, 2000) como raiz que culmina nas lutas sociais latino-americanas; no segundo, faremos uma aproximação entre a questão ambiental e o neoextrativismo no padrão de sociabilidade periférica na América Latina; no terceiro tópico, situaremos as expropriações do capitalismo neoextrativista na perspectiva das lutas ambientais neste padrão de sociabilidade. Ao final, pontuaremos as considerações da leitura política de Dussel para a questão ambiental, tensionada pela lógica do Sistema-mundo moderno-colonial e do capitalismo periférico na AL do qual propõe sua leitura à luz do paradigma da Libertação.

2. Questão ambiental: o extrativismo no padrão de sociabilidade periférica na América Latina

Após cinco séculos, diante desse movimento colonial e de configuração de um capitalismo dependente (FERNANDES, 1975), a América permanece servindo aos interesses hegemônicos dos países capitalistas industrializados por meio de produtos primários (GONÇALVES, 2016). Segundo Galeano (2013, p. 5): “continuamos

aplaudindo o sequestro dos bens naturais com que Deus, ou o Diabo, nos distinguiu, e assim trabalhamos para a nossa perdição e contribuímos para o extermínio da escassa natureza que nos resta”. Dussel (2001, p. 372) reafirma essa matriz colonial, asseverando que:

El dominio despótico sobre los cuerpos de los nuevos siervos coloniales era estructurado en un sistema económico que se fundaba, ni siquiera en un intercambio desigual, sino en la simple extracción, robo o posesión ilícita de todas las riquezas explotables que la dominación militar permitía. A los indios se los envió, por el sistema de la encomienda-gratis, sin salario alguno – al trabajo de la tierra; posteriormente en las haciendas con ficticios salarios; en las minas donde dejaban directamente sus vida en el sistema de la mita; en la esclavitud de los africanos comprados, usados y muertos como animales (mercancía pura que no tenían derecho al casamiento, a la paternidad, a nada... sus cuerpos podían ser "usados" sexual o económicamente por sus "dueños", con pleno derecho hasta en la sádica tortura y la muerte).

No que tange ao processo de exploração colonial, teve suas consequências. Além do extermínio e escravidão de populações originárias e negras, expropriadas em seus saberes e territórios, séculos de exploração da natureza e suas “dádivas” extraídas do solo e do subsolo garantiram a acumulação primitiva do capital na Europa (MARX, 2013). Para o filósofo argentino:

La riqueza minera (plata y oro) era simplemente poseída por los colonos, debía pagar un tributo a la corona, y pasaba a Europa donde se derramaba en el novísimo mercado mundial (el primero realmente mundial, y cuya primera "moneda" fue la plata extraída por los indios de México o Perú, o los esclavos africanos, posteriormente, en Minas Gerais en Brasil). "Acumulación originaria" de procedencia colonial. Cuando el mercantilismo de los metales y productos tropicales se transforme en capitalismo industrial (alrededor de 1750), el Sistema-Mundo en su "centro" comenzará la acumulación del plusvalor propiamente dicho en Europa, y reestructurará el contrato colonial, bajo la hegemonía inglesa comenzando un intercambio desigual con la producción textil. En torno al 1870, la acumulación de riqueza y tecnología permite la expansión del Imperialismo, instalando territorialmente ferrocarriles y surcando los Océanos con barcos a vapor por carbón. Grandes áreas (Argentina, Canadá, Australia etc.) se

incorporarán por la extracción gigantesca de producción agrícola y minera. La "periferia" siempre quedará en posición asimétrica. (DUSSEL, 2001, p. 372-373).

Na primeira década do século XXI, com o aumento do preço das *commodities* minerais, o extrativismo mineral ampliou-se em territórios latino-americanos, significando, na visão de Gonçalves (2016, p. 39), que:

Esse processo possui concomitância com o crescimento significativo das demandas mundiais por minérios, especialmente de países asiáticos como a China. Por consequência, minérios metálicos ferrosos e não ferrosos, dentre eles o ferro, cobre, bauxita, nióbio, níquel e ouro, presenciaram rápida exploração e novos investimentos, com impactos na economia e nos territórios de países como Brasil, Peru, Argentina e Chile.

Segundo Gudynas (2012), o neoextrativismo pode ser visto como um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas numa inserção internacional subordinada. Para tanto, o Estado, controlado por frações das classes dominantes que se beneficiam desse padrão de acumulação, tem um papel ativo, buscando legitimação por meio da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada (GUDYNAS, 2012, p. 130). A partir disso, podemos pontuar que:

Talvez a principal ruptura do modelo neoextrativista com o período neoliberal esteja relacionada ao papel desempenhado pelo Estado. Por um lado, ele retoma algumas das atribuições definidas pelo modelo de substituição de importações e, por outro, recebe novas responsabilidades propostas pelos governos progressistas. Neste novo contexto, tais governos liberalizam e protegem dinâmicas próprias do capitalismo, se abstendo de tomar decisões que possam colocar em risco processos de acumulação. Dentre essas atribuições, podem ser listados o apoio à internacionalização de empresas nacionais, a adaptação da legislação para estimular a extração dos recursos naturais e, principalmente, a compensação por meio de políticas de transferência de renda. O apoio à internacionalização de algumas empresas nacionais vem se dando por dois instrumentos principais: o suporte financeiro e a construção de infraestruturas.

tura. No caso do suporte financeiro, a concessão de empréstimos já foi amplamente utilizada no passado. No caso brasileiro, esse papel vem sendo desempenhado especialmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 14).

A relevância é dada à logística, nos “índices de competitividade” dos países. No contexto latino-americano, tem importância a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa) e sua implantação através de rede rodoviária, hidrovias e portos no continente e no caso específico brasileiro, podem ser implicadas obras associadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Estes elementos indicam que:

Entre todas las actividades extractivas, la más cuestionada en América Latina es la minería metalífera a gran escala. En efecto, en la actualidad no hay país latinoamericano con proyectos de minería a gran escala que no tenga conflictos sociales suscitados entre las empresas mineras y el gobierno versus las comunidades: México, varios países centroamericanos (Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Panamá), Ecuador, Perú, Colombia, Brasil, Argentina y Chile. Según el Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL) existen actualmente 120 conflictos activos que involucran a más de 150 comunidades afectadas a lo largo de toda la región (Voces de Alerta, 2011). Sólo en el Perú, la Defensoría del Pueblo de la Nación da cuenta de que los conflictos por la actividad minera concentran el 70% de los conflictos socioambientales y de que éstos, a su vez, representan el 50% del total de conflictos sociales en ese país, no casualmente uno de aquellos donde más acelerada y descontroladamente se ha dado la expansión minera (De Echave et al., 2009). Este contexto de conflictividad contribuye directa o indirectamente a la judicialización de las luchas socioambientales y a la violación de los derechos en la medida en que no se generan procesos de consultas adecuados a las comunidades y son desalojadas de las tierras reclamadas por las empresas que contaminan los recursos de las comunidades, como el agua y el territorio, de los que dependen para su vida. (SVAMPA, 2012, p. 21-22).

Dussel (1984) entende que, por um fator econômico de acumular grandes riquezas extraídas de suas colônias, este continente se constituiu como “centro” de um processo de desenvolvimento tecnológico sem

igual, será o topo na Revolução Industrial dentro de um modo de produção capitalista. A AL por sua parte recebeu o impacto da conquista não somente no nível político de dominação, econômico de exploração, ideológico, mas também técnico. Esses fatores inauguram uma larga história de dependência, como região dominada por um mercado mundial capitalista que é fruto do trabalho latino-americano desde 1492 até o presente.

Conseqüentemente, o modelo de extrativismo exportador que se expandiu na AL, baseado nos grandes empreendimentos, fortalece estratégias de controle dos territórios e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2003). Assim, a escala de produção, consumo e métodos, tal como o uso e desperdício dos próprios minérios, água e energia ilustram as “desigualdades ambientais” (ACSELRAD, 2012) e as contradições dos projetos mineradores.

Isto posto, em um novo cenário de vinculação global que os diferentes governos latino-americanos sejam progressistas, de esquerda ou de inspiração neoliberal compartilham em nome do *Consenso dos commodities*, a mineração metálica a céu aberto se tem convertido em uma sorte de figura extrema, um símbolo do extrativismo predatório, ao sintetizar um conjunto de fatos particulares diretamente negativos para a vida das populações e o futuro de nossos países. (SVAMPA, 2012).

Com efeito, as implicações ambientais e territoriais nas Comunidades Tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, impactam, de forma pontual, a saúde dos trabalhadores latino-americanos, além da apropriação privada dos bens comuns e interferindo na organização fundiária ou expropriando terras e espaços da existência coletiva (HARVEY, 2003). No entendimento de Petras (2014), a hegemonia do “capitalismo extrativo” evidencia o processo ampliado da produção e exportação de *commodities* pelo Brasil e demais países da AL, na primeira década do século XXI.

Na visão de Dussel (2001, p. 373):

La actual etapa transnacional del capitalismo pone ahora en la periferia el momento productivo del capital (las fábricas) de las industrias que dejan de ser "de punta", absorbiendo el bajo salario del miserable proletariado externo (en Asia o América Latina). La "asimetría" es total. Los "Siete Grandes" (el "Grupo de los

Siete": G7) deciden sobre el destino de la Humanidad. La concentración de riqueza en manos de Estados Unidos, Japón y Europa (población que no alcanza el 15% de la humanidad) controla, usa, consume y destruye irresponsablemente hasta el 80% de los bienes no renovables de la Tierra.

3. Expropriações do capitalismo neoextrativista e as lutas ambientais no padrão de sociabilidade na AL

Uma das consequências da atual inflexão extrativista tem sido a explosão dos conflitos ambientais, visíveis na dinamização das lutas pela terra, da mão dos movimentos sociais indígenas e camponeses, assim como no aparecimento de novas formas de mobilização e participação cidadã centradas na defesa dos bens naturais. À luz destas questões:

Entendemos por conflictos socioambientales a aquellos ligados al acceso y control de los recursos naturales y el territorio, que suponen, por parte de los actores enfrentados, intereses y valores divergentes en torno de los mismos, en un contexto de gran asimetría de poder. Dichos conflictos expresan diferentes concepciones sobre el territorio, la naturaleza y el ambiente, así como van estableciendo una disputa acerca de lo que se entiende por desarrollo y, de manera más general, por democracia. Ciertamente, en la medida en que los diferentes megaproyectos avanzan de modo vertiginoso y tienden a reconfigurar el territorio en su globalidad, no sólo ponen en jaque las formas económicas y sociales existentes sino también el alcance mismo de la democracia, pues se imponen sin el consenso de las poblaciones, generando fuertes divisiones en la sociedad y una espiral de criminalización y represión de las resistencias que sin duda abre un nuevo y peligroso capítulo de violación de los derechos humanos. (SVAMPA, 2012, p. 19).

Assim, o processo de ambientalização das lutas (ACSELRAD, 2010) inclui um vasto e heterogêneo grupo de coletivos e modalidades de resistência diante da brutalidade das formas de expropriação determinadas pelo sociometabolismo do capital, que vão se configurando como uma rede mais ampla de organizações, na qual os movimentos ecoterritoriais não são os únicos protagonistas. De nossa perspectiva, a novidade é a articulação entre diferentes atores (movimentos sociais, indígenas, camponeses, movimentos socioambientais, organizações não governamentais, ambientalistas, intelectuais, coletivos culturais), o

qual tem se traduzido num diálogo de saberes e disciplinas, caracterizado tanto por sua elaboração de um saber independente dos discursos dominantes, tal como pela valorização dos saberes locais, muitos deles de raízes indígenas-camponesas. (SVAMPA, 2012).

Outra dimensão que caracteriza os conflitos ambientais é o conceito que faz referência à reformulação dos processos de globalização incluindo um complexo de atores sociais, econômicos, políticos, locais, regionais, estatais e globais que configuram o sistema capitalista, os quais podemos situar:

[...] el caso de las industrias extractivas, la dinámica entre “lo global” y “lo local” se presenta como un proceso en el que se cristalizan, por un lado, alianzas entre empresas transnacionales y Estados (en sus diferentes niveles), que promueven un determinado modelo de desarrollo; y, por otro lado, resistencias provenientes de las comunidades locales, que cuestionan tal modelo, y reclaman su derecho a decidir en función de otras valoraciones. En este marco, los conflictos socioambientales suelen combinarse perversamente con una tipología inherente al modelo extractivo, las llamadas economías de enclave, y por tanto tienden a encapsularse en la dimensión local. Dicha localización del conflicto se traduce en un deterioro mayor de los derechos civiles, quedando librados de la intervención de la justicia y los entes municipales y/o provinciales, cuyo grado de vulnerabilidad frente a los actores globales es mayor que el de sus homólogos nacionales. (SVAMPA, 2012, p. 20-21).

Harvey (2003) pontua que a acumulação do capital apresenta dois elementos: a mais-valia gerada pela subordinação do valor de uso ao valor de troca, em relações de expropriação fundadas na propriedade privada dos meios garantidores da produção econômica (conhecimentos, tecnologias, recursos naturais etc.). Assim, a acumulação é um processo econômico, que tem como aspecto determinante uma transação entre o capitalista e o trabalhador assalariado e as atuais formas de precarização das relações trabalhistas (pejotização, uberização, terceirização etc.). O outro ponto se refere às relações entre o capitalismo e modos de produção não capitalistas, que começam a surgir no cenário internacional. Em termos dos processos de expropriação ambiental e territorial, o que isso indica?

Durante as últimas décadas, o termo crise se tornou corriqueiro, muitas vezes adjetivado como “crise do capital”. É sabido que várias faixas populacionais vivem situações de crises as mais diversas: alimentar, de saúde, de habitação, de empregos, ambiental etc. Por sua vez, também o processo de crise “econômica” atinge em grande parte grupos capitalistas. Recordamos que as crises constitutivas do capitalismo não indicam sua “fragilidade” nem conduzem automaticamente à sua superação, a qual depende do engajamento social nas lutas contra esta forma de sociabilidade (FONTES; MIRANDA, 2014) que impacta os povos, sobretudo da América Latina. Sendo assim, podemos assinalar que para Dussel (1984, p. 97):

En efecto, el neocolonialismo anglosajón se funda, realmente, en las exportaciones de productos manufacturados por la revolución industrial y en las importaciones de materias primas o materia para su trabajo tecnológico altamente desarrollado. El valor de uso de ambos intercambios – abstracto material del valor de cambio – tiene un significado poético-productor: se trata de materia de un trabajo o de productos de trabajos. En el intercambio desigual consiste la injusticia o explotación práctica; en la desigualdad poética estriba la posibilidad real de dicha dominación. Se descubre así en el corazón de la dominación política y económica, e igualmente ideológica, la instancia tecnológica.

Consideramos que a “crise capitalista” está imbricada às contradições internas da expansão do capital e que ameaçam, de maneira imediata, a sua reprodução ampliada, independente do grau de sofrimento social que provoquem. A partir disso, podemos assinalar que:

O aquecimento global, o desflorestamento, os lixos tóxicos, a salinização das águas, a erosão do solo, os conflitos urbanos, as contaminações químicas etc., que destroem lugares, pessoas e lucros, são fenômenos cujo prejuízo é socializado pelo capital (todos pagam por ele, enquanto apenas alguns lucram), mas também podem gerar custos adicionais ao capital, para superar as limitações que essa situação impõe a seu ímpeto por acumulação infinita. O bombeiro, entretanto, procura apagar o incêndio com gasolina... Novas empresas capitalistas se constituem (o novo “capitalismo verde”) para supostamente reduzir tais efeitos devastadores, deixando de lado o fato de que as relações econômicas e sociais que elas perpetuam causarão

outras e ainda mais devastadoras crises. O capitalismo não acaba por si mesmo. (FONTES; MIRANDA, 2014, p. 306).

Para Fontes e Miranda (2014), a expropriação do povo do campo é condição ainda vigente para a construção de relações sociais capitalistas. Atualmente, esta expropriação avança sobre quem a ela resiste. Tendo início nos primórdios do capitalismo, este processo prosseguiu ao longo dos quatro últimos séculos esvaziando os campos europeus, porém, para rentabilizar a colonização, começou seu saqueio sobre a África, escravizando trabalhadores que assegurassem a produção das minas e das monoculturas. Já nas Américas, onde a terra não havia sido ainda monopolizada e parecia “livre” aos colonizadores, escravizaram mediante trabalho forçado. Tal processo violento é inerente ao capitalismo: violência que reduz seres humanos à pura necessidade; que transfigura imediatamente a liberdade duramente conquistada em subordinação ao mercado.

Deste modo, as expropriações não apenas se reproduzem, mas também são ampliadas, pois as populações urbanizadas há muito tempo defrontam-se com a violência da expropriação característica da expansão capitalista, agora sob novas especificidades, das quais evidenciamos a retirada de direitos vinculados ao exercício do trabalho, doravante exercido inclusive sem contratos; o achatamento dos direitos sociais conquistados, flexibilização de leis trabalhistas, contínua redução dos direitos à saúde e à educação, que são privatizados e convertidos em forma de valorizar o valor. (FONTES; MIRANDA, 2014).

Visualizando os processos de expropriação/concentração, um dos mais nefastos é a atual expropriação da quase totalidade da humanidade de elementos que sempre integraram o repertório das trocas sociometabólicas, as que ocorrem entre as sociedades e a natureza, assim como a expropriação de aspectos fundamentais da própria vida biológica. Pontuamos a disseminação de sementes transgênicas, capazes de colonizar as sementes nativas não sabendo que efeitos tais alimentos transgênicos podem ter nos seres humanos e demais seres vivos (do arroz, do milho, do trigo e da soja) em diferentes quadrantes do planeta. Para Fontes e Miranda (2014, p. 310):

[...] todos os elementos deste cenário expressam a lógica internacional marcada pela expansão desigual e combinada do

capitalismo. Essa desigualdade se aprofunda no terreno socioambiental, uma vez que as classes dominantes dos países industrializados procuram simultaneamente extorquir internamente seus trabalhadores (por meio da produção de mercadorias de alto valor agregado) e apoderar-se de fontes de matérias-primas em outros países, cujos processos produtivos são geradores de maior impacto socioambiental. A escala da desigualdade internacional parece aprofundar-se, quando mesmo burguesias de países tardiamente industrializados aderem à produção em larga escala de *commodities*, agravando a injustiça e a desigualdade social, econômica e ambiental.

Assim, os danos socioambientais impactam mais o hemisfério Sul pelas relações econômicas configuradas na mundialização do capitalismo. Na visão de Dussel (1984), o capitalismo internacional vive agora uma crise, talvez a mais profunda de sua história. Temos que estar atentos como se enfrenta esta crise e o que ela representa no plano da ciência e tecnologia. Entretanto, o que constatamos para estes casos é a questão da tecnologia enfrentar os problemas concretos que não são humanos, mas principalmente os seus, que poderiam ser resumidos em três: a questão do esgotamento dos recursos renováveis numa perspectiva de crescimento contínuo. A preservação ecológica ameaçada pelo próprio desenvolvimento capitalista (DUSSEL, 1984). Portanto, podemos assinalar que:

Los requerimientos de nueva tecnología en el proceso de internacionalización de la producción y en los procesos productivos exigidos por la acumulación capitalista mundial, y su estrecha vinculación a las exigencias del control global. En este caso, la tecnología es una mediación necesaria dentro del sistema capitalista directamente ligada a una mayor rentabilidad. (DUSSEL, 1984, p. 231).

Para Dussel (1994), os aspectos exploratórios do sistema capitalista podem ser vistos a partir da lógica da modernidade, em seu núcleo político, cultural, violento e civilizatório. Porém, como mito, o horizonte mundial imola aos homens e mulheres do mundo periférico, colonial (que os ameríndios foram os primeiros a sofrer), como vítimas exploradas, cuja vitimização é encoberta como o argumento do sacrifício ao custo da modernização. Para Dussel (1994), o mito irracional é o horizonte que deve transcender o ato da libertação (racional, como

desconstrutivo do mito, prático-político, como ação que supera o capitalismo e a modernidade num tipo transmoderno de civilização ecológica, de democracia popular e justiça econômica).

Por tudo isso, apontamos que:

En efecto, "al colonialismo de la primera generación -ocupación militar, saqueo, masacres entre los indígenas – y de la segunda generación -penetración económica, cambio de materias primas baratas por manufacturas industriales caras –, sigue ahora el colonialismo de la tercera generación o neo-colonialismo. Este se caracteriza por una nueva división internacional del trabajo promovida por los intereses de la metrópoli, según la cual el trabajo de la innovación tecnológica y los procesos productivos altamente calificados se concentran en la metrópoli, mientras se permite a la periferia en calidad de proletarios externos de los países céntricos, una industrialización productiva y refleja [...] Hasta el momento la periferia cumplía fielmente su función como proveedor de materias primas baratas para la metrópoli; le espera ahora un nuevo rol no menos deprimente: por un lado ser el ejército de reserva de mano de obra barata para la metrópoli; por otro lado, funcionar como el anhelado basural para los afluentes de la afluente metrópoli. (DUSSEL, 1984, p. 97).

4. À guisa de conclusão: capitalismo periférico e questão ambiental na leitura política de Dussel

Finalizamos este artigo, pontuando que todos os mecanismos de “inclusão” no sistema-mundo não somente diminuiriam, mas têm aumentado a heterogeneidade da “periferia” em seus movimentos, na dialética subsunção-resistência. A complexidade destes processos ocorre mediante relações determinantes de expropriações-dominância que têm empurrado para fora o seu outro encoberto, tencionadas por relações de exclusão. (DUSSEL, 2001).

A partir destas considerações, podemos questionar: que relações implicariam capitalismo periférico, neoextrativismo e questão ambiental na AL na perspectiva do filósofo argentino? Para Dussel (2015), não menos essencial no enfrentamento/superação do sistema-mundo moderno-colonial é a questão ecológica, uma vez que esta é a materialidade da negação da vida e das condições de existência. Com efeito,

após 500 anos de sua instalação, desenvolvimento e culminação global, que no nível econômico é o capitalismo transnacional, o projeto de sociabilidade capitalista segue impondo relações destrutivas com a natureza e demais povos da AL. (DUSSEL, 2000).

Segundo Dussel (1994), seria catástrofe ecológica o desaparecimento da última grande floresta tropical do Planeta. Enquanto para o sistema capitalista, seria justo o empobrecimento e a expropriação de uma comunidade de camponeses impostos pelo capitalismo de mercado. Tais aspectos devem ser evidenciados, porque para o autor se torna problemático quando parte do movimento ecológico “descola” da relação sociedade-natureza, seu “princípio material” (DUSSEL, 2003). Pois, para o filósofo mendocino:

El movimiento ecologista tiene frecuentemente poca conciencia "económica". Sería conveniente una lectura de El capital de Marx para descubrir la relación directa entre tecnología destructora de la tierra y la teoría del plusvalor relativo – ya que el aumento de la productividad se alcanza por una tecnología que no importa si es antiecológica y lanza al mercado una masa hambrienta de personas.

Para o pensador argentino (DUSSEL, 1994), esta dominação produz vítimas, sacrifício que é interpretado como um ato inevitável, e com um sentido quase ritual de sacrifício; o herói civilizador investe suas vítimas do caráter de ser holocaustos de um sacrifício salvador (do colonizado, do escravo africano, da mulher, da destruição ecológica da terra etc). Atualmente, esta relação, que o filósofo argentino tece, teria estreito marco com as populações tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, pescadores artesanais tencionados pelas relações de produção capitalistas neoextrativistas, sob a forma de uma reprodução ampliada. (HARVEY, 2003).

Ou seja, Dussel critica os limites do sistema-mundo à luz desta dimensão ampliada do capital, considerando que:

En primer lugar, a) la destrucción ecológica, irreversible proceso no-intencional y efecto de una tecnología devastadora, tecnología producto de un criterio de elección a corto plazo: el aumento de la tasa de ganancia (esencia del capital como "valorización del valor"). Pero, y ligado a lo anterior y como un mismo fenó-

meno, b) el empobrecimiento de la mayoría de la humanidad (situada en el horizonte postcolonial periférico del capitalismo avanzado), que en muchos casos es comienzo de extinción (por hambre, sida, etc., como en el África, Bangladesh, Haití, etc.). La posible extinción de la especie homo (más por los efectos ecológicos que por la bomba atómica), es decir, de la vida en la tierra, es el último límite del sistema-mundo del que venimos hablando. Estamos entonces refiriéndonos a las víctimas del sistema-mundo. (DUSSEL, 2001, p. 375).

Portanto, a vida humana emancipada, livre, deve ser outra, regida por outros critérios normativos e relações não alienadas, como um critério positivo e universal de verdade prática (razão prático-material), o qual se fundamenta num princípio material positivo, ponto de partida do “princípio crítico” ou negativo que deve evitar a morte da humanidade (DUSSEL, 2001). Sendo assim, o horizonte trazido pelo pensador argentino postula que:

Se trata de una "Trans-Modernidad" como proyecto mundial de liberación donde la Alteridad, que era co-esencial de la Modernidad, se realice igualmente. La "realización" de la Modernidad no se efectúa en un pasaje de la potencia de la Modernidad a la actualidad de dicha Modernidad europea. La "realización" sería ahora el pasaje trascendente, donde la Modernidad y su Alteridad negada (las víctimas) se co-realizarán por mutua fecundidad creadora. El proyecto trans-moderno es una co-realización de lo imposible para la sola Modernidad; es decir, es co-realización de solidaridad, que hemos llamado analéctica, del Centro/Periferia, Mujer Nación, diversas razas, diversas etnias, diversas clases, Humanidad/Tierra, Cultura occidental/Culturas del Mundo Periférico ex-colonial, etcétera; no por pura negación, sino por incorporación desde la Alteridad. (DUSSEL, 2001, p. 356).

Na perspectiva de Dussel (2001), a situação crítica que interessa à “Política da Libertação” ocorre quando certos cidadãos são excluídos. Isto indica os crimes antiecológicos das gerações presentes; o caso das mulheres na sociedade machista; das raças não brancas na sociedade racista ocidental; de homossexuais em estruturas heteronormativas; das classes exploradas por uma economia de lucro; de imigrantes e populações tradicionais expropriados em seus territórios e saberes; e até de Estados nacionais enfraquecidos pela estratégia particularista das

classes dominantes do capitalismo mundial. Do mesmo modo, "temos consciência da destruição das selvas amazônicas, mas não percebemos suficientemente que isso se deve à matança de seus índios e dos cinquenta milhões de nordestinos que o capitalismo periférico brasileiro empobreceu até a mais extensa e desumana miséria, os quais para terem o que comer destroem a selva". (DUSSEL, 2015, p. 68).

Assim, a perspectiva das lutas latino-americanas se dirige à libertação humana, cuja análise crítica contra as expropriações sociais reafirma uma práxis teórica e política potencializada pelas estratégias organizativas populares de pertencimento a um projeto coletivo de classe democrático, revolucionário e anticapitalista (PAIVA; OURIQUES, 2006). A partir deste horizonte das lutas sociais, podemos pontuar que:

Esas alternativas que hay que ir construyendo en la lucha "anti-hegémónica" de los grupos "populares" (o participantes del bloque social de los oprimidos) deberá ser el fruto de movimiento dentro de los cuales el marco democrático será la condición absoluta de la legitimidad de dicha lucha antihegémónica, contra los vanguardismos del pasado, pero al mismo tiempo deberá cumplir la interpelación más profunda del pueblo y de toda la humanidad, por la defensa de la reproducción y el desarrollo de la vida humana sobre la Tierra, puesta en peligro por la crisis ecológica producto de la actitud de la Modernidad, y por el empobrecimiento masivo de la población del Mundo Periférico postcolonial, fruto del capitalismo tardío trasnacional globalizándose. (DUSSEL, 2001, p. 219).

Portanto, para o filósofo mendocino (DUSSEL, 2001), a modernidade nasce realmente em 1492: essa é sua tese central. Mas sua real superação é a subsunção de seu caráter emancipador racional europeu transcendido como projeto mundial de libertação negada: a transmodernidade como um novo projeto de libertação política, econômica, erótica, pedagógica, religiosa, ambiental etc.

Assim, a sua "Política da Libertação" (DUSSEL, 2000) é uma ética da "transformação" das relações instituídas que se efetua por meio de ações críticas cotidianas e tem como ponto de partida a vítima, "o outro" em algum aspecto negado-oprimido e afetado-excluído pelo padrão societário capitalista. Ou seja, para o pensador argentino, questão ambiental e neoextrativismo devem estar alicerçadas numa concepção de

“transformação” (do sistema) e não de sua “reforma”. Isto se explica porque sua ética não preza o aspecto formal do sistema capitalista, mas radicaliza a partir da realidade concreta de suas vítimas negadas.

**Artigo submetido em 21/12/2017 e aceito
para publicação em 13/03/2018**

Referências

ACSELRAD, Henri. Os descaminhos do “ambientalismo consensualista”. **OSAL**, Año XIII, n. 32, nov./2012, p. 39-49.

_____. A ambientalização das lutas sociais: o movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010.

ARIAS, Alberto Padilla. Enrique Dussel: una aproximación a su pensamiento. México, UAM, **Veredas revista del pensamiento sociológico**, 2010, p. 183-204.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma Filosofia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. **Filosofia da Libertação**: crítica à ideologia da exclusão. 5. reimp. São Paulo: Paulus, 2015.

_____. **Ética da Libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

_____. Alguns princípios para uma ética material de libertação. In: PIXLEY, J. (Coord.). **Por um mundo diferente**: alternativas para o mercado global. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003, p. 23-35.

_____. **1492. El encobrimiento do Otro**: hacia el origen del “mito de la modernidad”. La Paz: Plural, 1994.

_____. **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.

_____. **Filosofia de la producción**. Bogotá: Nuova America, 1984.

_____. **1492. O encobrimento do Outro**: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: _____. **Capitalismo dependente e classes na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 11-32.

FONTES, Virgínia; MIRANDA, Ary. Pensamento crítico e as populações do campo, da floresta, das águas e... das cidades. **Tempus**, actas de saúde coletiva, v. 8, n. 2, p. 305-316, jun./2014.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GONÇALVES, Ricardo. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. **Cadernos Prolam/USP**, v. 15, n. 29, p. 38-55, jul.-dez./2016.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, v. 237, p. 128-146, 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARX, Karl. **O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 37. Águas de Lindóia, 2013. p. 1-30.

PAIVA, B. A.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Katálysis**, v. 9, n. 2, jul.-dez./2006, p. 166-175.

PETRAS, James. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. **Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18 e 19, 2014, p. 301-323.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **OSAL**, Año XIII, n. 32, nov./2012, p. 16-38.